



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ



Senhora Assessora Procuradora-Chefe.

Tratam os presentes autos do exame das contas anuais da Prefeitura Municipal de **Cerquilha** referente ao exercício de **2021**. O relatório da fiscalização, a qual esteve a cargo da UR-9, encontra-se no evento 48, arquivo 48.31.

Devidamente notificado, evento 52, o responsável pelas contas apresentou suas alegações constantes do evento 57, arquivo 57.1.

A cargo desta Unidade está a análise dos aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial do Município, tendo por base, os dados contidos no relatório da fiscalização, visando assim, dar cumprimento a r. determinação, evento 63, arquivo 63.1.

Segundo o relatório da fiscalização, os resultados apresentados foram os seguintes, evento 48, arquivo 48.31, página: 42

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	PARCIALMENTE REGULAR
CONTROLE INTERNO	
HOVE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	NÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (superávit)	7,64%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	8,03%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	DESFAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/dépósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	PREJUDICADO ²³
Relação da situação do RPPS com as contas do Ente	FAVORÁVEL
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	40,52%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o art. 21, I e III, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (limite mínimo de 25%)	23,57%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	90,25%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	SIM
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	86,81%
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	29,89%

²³ O Município não possui parcelamento ou reparcelamento de débitos de encargos sociais.

O município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M, evento 48, arquivo, 48.31 página 2:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	B	B	C+
i-Planejamento	B+	B	C
i-Fiscal	B+	B	B
i-Educ	C+	C+	C+
i-Saúde	B+	C+	C+
i-Amb	B	C	C+
i-Cidade	C+	C	C
i-Gov-TI	A	A	A

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ



O resultado do indicador do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – i-EGM, no campo do i-Planejamento, mostra a premência de ser adotada medida de aperfeiçoamento neste indicador temático, devido a queda para a faixa “C” que caracteriza gestões como de “baixo nível de adequação”.

DA GESTÃO FISCAL.

Peças Contábeis, arquivo 48.3, evento 48.

Resultado da Execução Orçamentária.

(evento 48, arquivo 48.31, página 7, item B.1.1)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 170.273.527,34
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 154.866.171,57
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 2.650.000,00
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 245.734,45
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 13.003.090,22 7,64%

O resultado da execução orçamentária da administração direta [Prefeitura + Câmara], com base nos dados gerados pelo sistema Audesp, foi superávit de R\$ 13.003.090,22 ou 7,64%.

O resultado da execução orçamentária e os investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2021	Superávit de	7,64%	8,03%
2020	Superávit de	5,46%	6,99%
2019	Superávit de	2,07%	4,87%
2018	Déficit de	0,88%	6,12%

Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial.

(evento 48, arquivo 48.31, página 8, item B.1.2)

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 28.389.170,09	R\$ 15.360.540,27	84,82%
Econômico	R\$ 20.968.131,76	R\$ 17.659.488,52	18,74%
Patrimonial	R\$ 121.711.875,65	R\$ 100.928.246,71	20,59%

O resultado financeiro ao final do exercício foi superávit de R\$ 28.389.170,09. O resultado econômico R\$ 20.968.131,76 e o patrimonial R\$ 121.711.875,65, também foram positivos.

Existiu uma melhora nos três resultados: financeiro de 84,82%; econômico de 18,74% e patrimonial de 20,59%.

Dívida de Curto Prazo.

(evento 48, arquivo 48.31, página 8, item B.1.3)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ



ATIVO FINANCEIRO		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.944.847,04	20.838.795,79
Créditos e Valores	161.685,08	194.191,54
TOTAL	34.106.532,12	20.822.948,33

PASSIVO FINANCEIRO		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Pagtos a Pagar Processados/Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar</u>	<u>542.933,98</u>	<u>72.458,43</u>
Encargos Sociais	0,00	5.384,11
Fornecedores/Contas a Pagar	78.653,98	2.814,72
Demais Obrigações	64.280,00	64.280,00
<u>Pagtos a Pagar não Processados</u>	<u>5.574.452,05</u>	<u>5.389.949,23</u>
TOTAL	5.717.386,03	5.462.408,06

Conforme colocado pela fiscalização, a municipalidade possuía ao final do exercício disponibilidade financeira suficiente para cobertura da dívida de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro, em razão do superávit financeiro.

Dívida de Longo Prazo.

(evento 48, arquivo 48.31, página 9, item B.1.4)

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	519.275,60	1.777.593,82	-70,79%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	519.275,60	1.777.593,82	-70,79%
Ajustes da Fiscalização	3.471.944,85		
Dívida Consolidada Ajustada	3.991.220,45	1.777.593,82	124,53%

O endividamento de longo prazo sofreu uma elevação em relação ao saldo anterior de 124,53%, devido aos precatórios recebidos para pagamento no exercício seguinte. O inciso II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, estabelece que o limite máximo de endividamento em longo prazo para os Municípios é de 120% da Receita Corrente Líquida, o saldo da dívida de longo prazo é de R\$ 3.991.220,45, que representa 2,22% da RCL¹, estando, portanto, a municipalidade abaixo do limite máximo legal.

Foram relatados alguns desacertos contábeis (ajuste feito pela Fiscalização refere-se ao lançamento do mapa de precatórios devidos em 2022, que só foi reconhecido pela Municipalidade em seus registros contábeis em janeiro de 2022). Assim, deve a municipalidade observar os princípios contábeis que regem a contabilidade pública, devendo, dessa forma, apresentar sempre a documentação necessária a comprovar os valores constantes dos seus demonstrativos contábeis a fim de permitir o reconhecimento, mensuração e evidência da informação contábil, dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio do ente público.

Precatórios.

(evento 48, arquivo 48.31, páginas 9/11, item B.1.5)

¹ R\$ 179.502.877,29 – página 13, arquivo 48.3, evento 48.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ**

Acerca do passivo judicial, foi informado que a municipalidade estava enquadrada no **Regime Ordinário de Pagamento de Precatórios**.

Foi atestada a suficiência dos depósitos de competência do exercício, conforme quadro de Verificações:

Verificações		
01	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim ⁸
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Não ⁹
03	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Prejudicado ¹⁰
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado*

* Não ocorreram casos da espécie.

O balanço patrimonial não registra corretamente as pendências judiciais, não foi contabilizado integralmente o mapa de precatórios do exercício de 2022.

Quanto aos requisitos de baixa monta consta a regularidade no pagamento, conforme quadro de Verificações:

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitos de baixa monta?	Prejudicado*
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitos de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requisitos de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

* Não apuramos dívida com Requisitos de Baixa Monta ao final do exercício.

Encargos.

(evento 48, arquivo 48.31, páginas 11/12, item B.1.6)

O relatório apontou a regularidade no recolhimento dos encargos sociais.

Verificações	Guias apresentadas
1 INSS:	Sim
2 FGTS:	Sim
3 RPPS:	Sim
4 PASEP:	Sim

Constou do relatório que dispõe a municipalidade do CRP (certificado de regularidade previdenciária) [arquivo 48.11, evento 48].

Relatou a instrução que a Prefeitura não possui acordos de parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários junto ao INSS ou ao RPPS.

Opinião desta assessoria.

Acredito que os resultados contábeis obtidos pela municipalidade não prejudicaram o equilíbrio das contas, onde foram todos positivos.

A execução orçamentária apresentou um superávit.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ



O resultado financeiro positivo apresentou uma melhora em relação ao anterior. Existindo também uma evolução positiva nos resultados econômico e patrimonial.

Quanto ao endividamento do município existiu cobertura financeira para os compromissos de curto prazo.

Penso que o gestor municipal andou na direção do equilíbrio previsto no artigo 1º, § 1º, da LRF.

O Município decretou estado de calamidade pública, com vigência para o exercício de 2021, devidamente reconhecido² pela Assembléia Legislativa Estadual, arquivo 48.4, evento 48.

Conclusão.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios, os seguintes **Pareceres** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2020	eTC-3207.989.20	Favorável ¹
2019	eTC-4859.989.19	Favorável ²
2018	eTC-4518.989.18	Favorável ³

1- decisão com trânsito em julgado em 24/05/22.

2- decisão com trânsito em julgado em 16/04/21.

3- decisão com trânsito em julgado em 20/07/20.

Assim, quanto à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, não existem óbices a serem apontados.

Ressalvo, entretanto, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.
A.T.J., em 19 de setembro de 2.022.

SÉRGIO FERRAZ DE CAMPOS LUCIANO
ASSESSORIA TÉCNICA

² <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?27/04/2021/homologacao-de-calamidade-publica-dos-municipios-pela-assembleia-ja-esta-em-vigor--veja-lista>